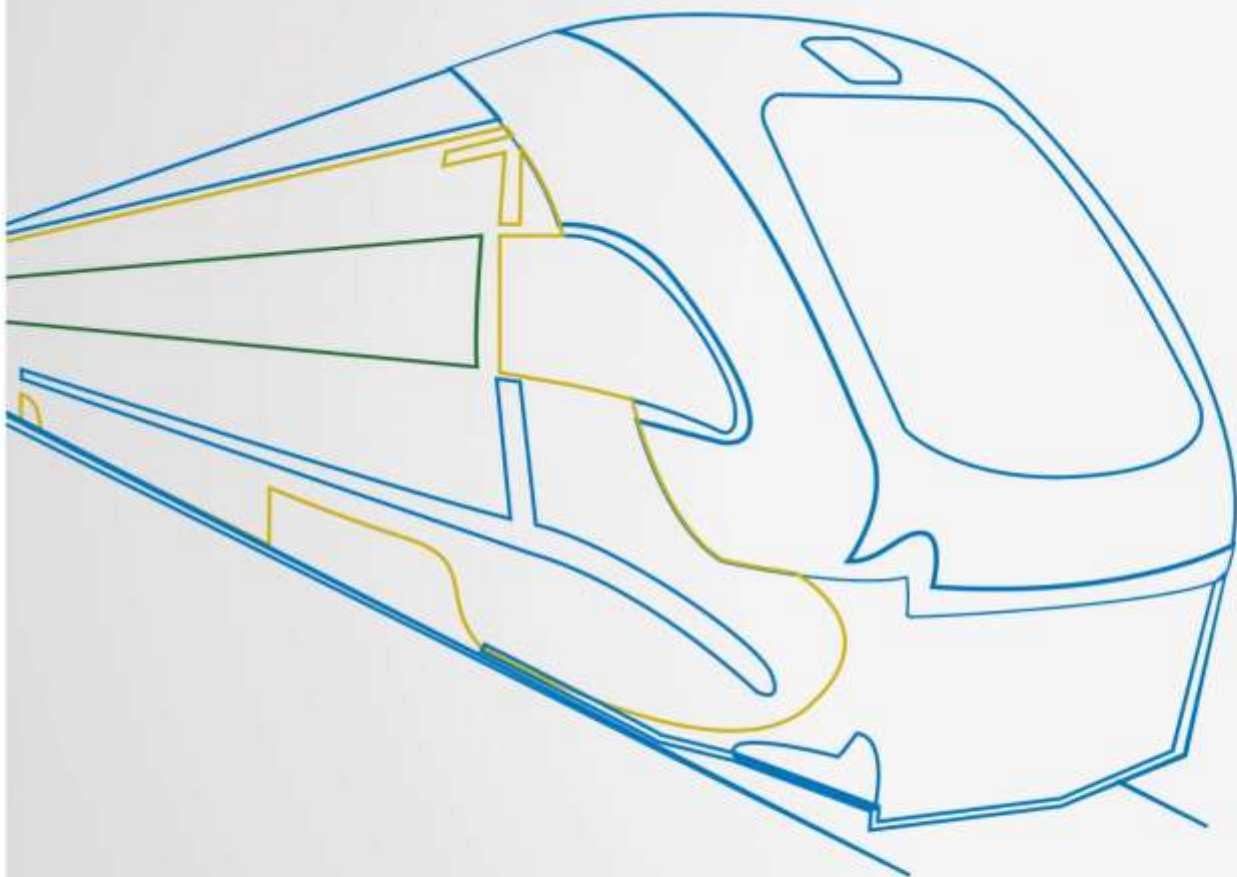


CONTRATO Nº 012/2024/DP

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS

&

DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL
LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO (NÃO APLICÁVEL) E GARANTIA TÉCNICA (APLICÁVEL)
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- FORO



Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, a empresa **DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede na com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor Presidente **Sr. JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais **EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/mg, inscrito no CPF nº [REDACTED] e a empresa **DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.894.782/0001-90, com sede na Rua General Bertoldo Klinger, nº 111/131, Paulicéia, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09688-000, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por seu Diretor Presidente **FERNANDO AVELINO LEITE DOS SANTOS MOREIRA**, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro RNM nº [REDACTED], expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, em decorrência da **Dispensa de Licitação nº 006-2024/GALIC/P**, Processo Administrativo **PROT nº 2122/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de certificados digitais com e sem o fornecimento de token



criptográfico, sob demanda, pessoa física e jurídica, bem como visita técnica para validação de documentação nas instalações da **CBTU**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentemente de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, **ressalvadas àquelas estritamente jurídicas**.

1.4. O objeto da presente contratação contempla os seguintes itens serviços, conforme item nº 3, do Termo de Referência, Anexo I, do presente Contrato:

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O prazo para início do fornecimento iniciar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.



3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.5. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO E CRONOGRAMA

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhamentos que constam do **item nº 4**, do Termo de Referência, Anexo I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

4.4. O cronograma que descreve os principais marcos e eventos relevantes para a regular execução do contrato encontra-se previsto no **item nº 7**, do Termo de Referência, Anexo I, do presente Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, por intermédio do gestor e do fiscal do presente Contrato, após verificação da sua perfeita execução, na forma e no prazo definidos nos **itens nºs 63 e seguintes**, do Termo de Referência – Anexo I do presente Contrato, observadas, ainda, as disposições do RILC/CBTU.

5.2. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CBTU não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.



6. CLÁUSULA SEXTA– VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 28.180,20 (vinte oito mil, cento e oitenta reais e vinte centavos)**.

6.2. De acordo com a proposta da **CONTRATADA**, Anexo II, do presente Contrato, os valores unitários para cada objeto contratado é o seguinte:

6.2.1. Certificado e-CPF A3 – Token 3 anos: R\$ 204,61 (duzentos e quatro reais e sessenta e um centavos);

6.2.2. Certificado e-CNPJ A3 – Token 3 anos: R\$ 290,77 (duzentos e noventa reais e setenta e sete centavos);

6.2.3. Certificado e-CNPJ A1 – 1 ano: R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais);

6.2.4. Visita Técnica para validação e emissão do certificado digital – R\$ 70,00 (setenta reais).

6.3. Os serviços referentes à validação por videoconferência e no posto de atendimento da **CONTRATADA** foram considerados isentos de custos pela **CONTRATADA**, conforme sua proposta, Anexo II, do presente Contrato.

6.4. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos de cobrança pelo e-mail contratostic@cbtu.gov.br ou no protocolo da **CBTU**, situado na com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato.



7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.



7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 5.7 e 6.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: **151220032200000001**;

8.1.2. Elemento de Despesa: **339040**;

8.1.3. Plano Interno: **A1DETC08**;

8.1.4. Categoria Econômica: **Custeio** e

8.1.5. Nota de Empenho: **2024NE001374** data: 03/07/2024.

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços dos objetos contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta da **CONTRATADA**, Anexo II, do presente Contrato.

9.2. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, aplicando-se a variação do **Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI)**, instituído por meio da Portaria MPDG nº 424, de 7 de dezembro de 2017, acumulado em 12 (doze) meses, com base na fórmula estipulada pelo art. 5º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:



$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste; e

I₀ = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data da entrega da proposta da **CONTRATADA**, Anexo II, do presente Contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

9.5. A **CBTU** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA TÉCNICA

10.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1.1 Esta cláusula não se aplica ao contrato, nos termos do **item nº 13**, do Termo de Referência, Anexo I, do presente Contrato.

10.2 GARANTIA TÉCNICA

10.2.1 O prazo de garantia técnica deverá ser, igual ou superior a:

10.2.1.1. Mínima de 3 (três) anos para o certificado digital do tipo A3 no item de Serviço do objeto;

10.2.1.2. Mínima de 1 (um) ano para o certificado digital do tipo A1 no item de Serviço do objeto;

10.2.1.3. Mínima de 1 (um) ano para a mídia criptográfica no item de serviços do objeto;



10.2.2. A contagem de prazos descrita no Item 10.2 iniciará a partir da data do recebimento definitivo de cada subitem.

10.2.3. O prazo de atendimento, na vigência da garantia técnica, será de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes do objeto descrito no Termo de Referência;

10.2.4. A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos materiais fornecidos e instalados, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos mesmos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Compete à **CONTRATADA** o cumprimento das obrigações previstas nos **itens nºs 31 a 51**, do Termo de Referência – Anexo I, do presente Contrato.

11.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, o termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independentemente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:



11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**; e

11.2.2. Ceder, transferir a terceiros ou subcontratar o objeto do presente Contrato, no todo ou em parte.

11.3. A **CONTRATADA** deverá ainda:

11.3.1. Cumprir com as especificações técnicas detalhadas no documento “Caderno de Especificações Técnicas”, integrante do Termo de Referência, Anexo I, do presente Contrato; e

11.3.2. Oferecer garantia técnica por período igual ou superior a 1 (um) ano para os tokens, devendo, ainda, observar as disposições constantes dos itens nºs 9 a 12, do Termo de Referência, Anexo I, do presente Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Compete à **CBTU** o cumprimento das obrigações previstas nos **itens nºs 52 a 57**, do Termo de Referência, Anexo I do presente Contrato.

12.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independentemente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Resguardar a garantia do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

12.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.3. Designar o gestor e o fiscal deste Contrato, cabendo a tais empregados exercer ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução deste instrumento;

12.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;



12.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.6. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.7. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.8. Expedir, após vencido o prazo do Contrato, Termo de Encerramento, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.



14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.4 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Para acompanhamento da execução contratual a **CBTU** designará gestor, auxiliado por fiscais, e a **CONTRATADA** designará preposto, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.

15.1.1. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual pela **CONTRATADA**.

16.2. O descumprimento desta Cláusula caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato e na legislação.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. **A CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10 % (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO



18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;



20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.3. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou



20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas nos artigos 89 a 99, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será **extinto**:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. No caso de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão unilateral, sem que haja culpa da **CBTU**, deverão ser observadas as seguintes regras:

21.3.1. O Gestor do Contrato, auxiliado pelos fiscais, deverá atestar a boa e regular execução contratual, por parte da **CONTRATADA**, até a data do recebimento do pedido de rescisão, sendo **vedado, expressamente, invocar a rescisão unilateral em caso de inexecução parcial ou total deste Contrato.**

21.3.2. A **CONTRATADA** deverá continuar executando integralmente este Contrato durante o decurso do prazo previsto no subitem 22.2.1, só podendo dar por encerrada a execução do mesmo após liberação formal da **CBTU**.



21.3.3. A **CONTRATADA** deverá comprovar, em até 15 (quinze) dias da sua solicitação de rescisão unilateral, o recolhimento de 10% (dez por cento) do saldo remanescente deste Contrato, a título de ressarcimento, sem prejuízo da regra prevista no item 22.5.

21.4. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.5. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.6. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.**

23.1.1.1. Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: contratostic@cbtu.gov.br;

23.1.1.3. Telefone: 61 2107-8387.

23.1.2. Empresa: **DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.**

23.1.2.1. Endereço: Rua General Bertoldo Klinger, nº 111/131 – Paulicéia – São Bernardo do Campo/SP – CEP.: 09688-000;

23.1.2.2. Correio Eletrônico: vconte@digitalsign.com.br



23.1.2.3. Telefone: 61 99294-0755

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 03/07/2024; e

24.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf.

24.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, ressalvadas àquelas estritamente jurídicas.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD,



suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO

28.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

28.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de 2024.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANO - CBTU/AC

José Marques de Lima
- Diretor Presidente -

Eduardo Oliveira Coimbra
- Diretor de Planejamento e Relações Institucionais -

DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA

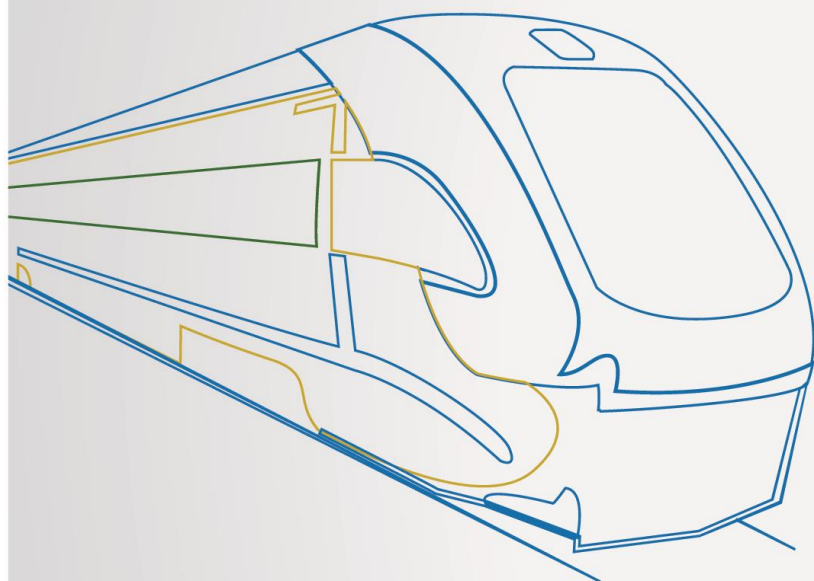
Fernando Avelino Leite dos Santos Moreira
- Diretor Presidente -

Testemunhas:

1- _____
C.P.F.:

2- _____
C.P.F.:

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de certificados digitais com e sem o fornecimento de token criptográfico, sob demanda, pessoa física e jurídica, bem como visita técnica para validação de documentação nas instalações da CBTU.



DA JUSTIFICATIVA ¹

- 1.** Atualmente, o uso de certificados digitais se torna indispensável para o exercício de atribuições profissionais dos mais diversos setores da CBTU, como usuários dos sistemas governamentais, pregoeiros que selecionam fornecedores no Portal de Compras Governamentais, setores de Contabilidade e Gestão de Pessoas que atuam em sistemas que vinculam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação, como por exemplo o e-Social, além da digitalização que usam a certificação para autenticação de imagens digitalizadas. Desta forma, considerando a permanente necessidade da utilização dos certificados, a Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação (GETIN), para atender esta demanda, manteve o contrato CTR-0005/2020-DP que terminou em 20/08/2023, sendo necessário nova contratação. Abaixo relacionamos algumas necessidades da CBTU:

1.1. Diretoria Executiva

- 1.1.1.** Certificado Pessoa Física (e-CPF): Devido as recentes demandas de fornecedores para assinatura digital de contratos é necessário que a Diretoria Executiva da CBTU esteja munida deste recurso para que possa formalizar a assinatura destes instrumentos eletronicamente. Para otimizar o uso desses certificados é necessário que sejam armazenados em dispositivo criptográfico (Token);

1.2. Jurídico – GAJUR

- 1.2.1.** Certificado Pessoa Física (e-CPF): Necessidade operacional dos setores para acessar o Sistema PJe da Justiça Federal para distribuição e acompanhamento de processos eletrônicos;

1.3. Recursos Humanos – GAREH

- 1.3.1.** Certificado Pessoa Física (e-CPF): Utilização da assinatura digital para acesso e envio de documentos para os sistemas de administração de pessoal (SIAPE) e SIAFI, dentre outros. Para otimizar o uso desses certificados é necessário que sejam armazenados em dispositivo criptográfico (Token);

- 1.3.2.** Certificado Pessoa Jurídica (e-CNPJ): Utilização da certificação digital para transferência de informações para o aplicativo e-Social. O e-Social é um sistema informatizado da Administração Pública e todas as informações nele contidas estão protegidas por sigilo. O acesso não autorizado, a disponibilização voluntária ou acidental da senha de acesso ou de informações e a quebra do sigilo constituem infrações ou ilícitos que sujeitam o usuário a responsabilidade administrativa, penal e civil. Sendo assim, serão usados certificados para garantir a

¹ Art. 72. § 1º inciso III. justificativa da contratação



segurança no acesso, autenticidade e integridade das informações durante a utilização do aplicativo;

1.4. Licitação – GALIC

1.4.1. Para que pregoeiros e a autoridade gestora da área de Licitação possam operar pregões eletrônicos no sistema Compras Governamentais é obrigatória a utilização de Certificado Digital. Para otimizar o uso desses certificados é necessário que sejam armazenados em dispositivo criptográfico (Token);

1.5. Financeiro – GAFIN

1.5.1. Certificado Pessoa Física (e-CPF): Utilização da assinatura digital para acesso e envio de documentos para a Receita Federal. Para otimizar o uso desses certificados é necessário que sejam armazenados em dispositivo criptográfico (Token);

1.5.2. Certificado Pessoa Jurídica (e-CNPJ): Utilização da certificação digital para transferência de informações para todos os módulos do SPED, ECD, incluindo a EFD-REINF;

1.6. Tecnologia da Informação – GETIN

1.6.1. Certificado Pessoa Jurídica (e-CNPJ): Utilização para prover infraestrutura de assinatura aos sistemas hospedados dentro do Data Center da CBTU que necessitam do CNPJ da CBTU para poder assinar documentos eletronicamente como e-Social, Sieg e SISPRO;

1.7. É importante frisar que o certificado digital de pessoa física é pessoal e intransferível, deste modo, a expansão do uso e abrangência dos processos eletrônicos, tornam necessária certa disponibilidade de certificados digitais para emissão quando houver demandas.

1.8. Para cada alteração do representante perante a Receita Federal é necessário a emissão de um certificado e-CNPJ novo, portanto, é necessária certa disponibilidade de certificados digitais para emissão quando surgirem demandas deste tipo.

DO OBJETO²

2. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de certificados digitais com e sem o fornecimento de token criptográfico, sob demanda, pessoa física e jurídica, bem como visita técnica para validação de documentação nas instalações da CBTU.

² Art. 72. § 1º inciso IV. especificação do objeto



2.1. Objeto Resumido: Serviços de emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ padrão ICP-Brasil com e sem token e visitas técnicas.

3. O objeto da presente contratação contempla os seguintes itens de Hardware e Serviços:

Item	Mat./Ser.	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.
1	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Física, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	UN	80
2	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Jurídica, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	UN	20
3	Serviço	Certificado digital A1 para Pessoa Jurídica, gerado e armazenado no próprio computador, com validade de 1 ano.	UN	08
4	Serviço	Visita técnica para validação e emissão do certificado digital.	UN	70

3.1. Listagem de endereços de entrega física e eletrônica:

Identificador	Endereço Entrega Física	Endereço de Entrega Eletrônico
AC	Administração Central St. Bancário Norte Quadra 01 Edifício CNC, BL B 9º ao 13º andar - Asa Norte, Brasília - DF, 70041-902	contratostic@cbtu.gov.br

3.2. FORMAÇÃO DE LOTES

3.2.1. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos itens DO OBJETO nos seus respectivos lotes bem como seus quantitativos:

Lote	Item	Mat./Ser.	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.
1	1	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Física, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	UN	80
	2	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Jurídica, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token)	UN	20

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



Lote	Item	Mat./Ser.	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.
			homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.		
	3	Serviço	Certificado digital A1 para Pessoa Jurídica, gerado e armazenado no próprio computador, com validade de 1 ano.	UN	08
	4	Serviço	Visita técnica para validação e emissão do certificado digital.	UN	70

3.3. Local de Entrega/Execução dos itens por GRUPO/LOTE:

Lote	Item	Mat./Ser.	Local de Entrega	Física/Eletrônica
1	1	Serviço	AC	Endereço Físico ou Eletrônico
	2	Serviço	AC	Endereço Físico ou Eletrônico
	3	Serviço	AC	Endereço Físico ou Eletrônico
	4	Serviço	AC	Endereço Físico



DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO³

- 4.** As especificações técnicas **DO OBJETO** estão detalhadas no **ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

DOS PRAZOS ⁴

5. De Vigência:

- 5.1.** O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 13.303/16.

6. De Fornecimento e Execução dos Serviços:

- 6.1.** O prazo o fornecimento dos itens caracterizados como **Serviço** será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de emissão de certificado digital, a ser emitida pela Unidade Técnica responsável (GETIN).

DO(S) CRONOGRAMA(S) ⁵

- 7.** A tabela abaixo descreve os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação:

Etapa	Descrição	Quando Ocorre?
1	Assinatura do Contrato	Marco inicial para a contagem de prazos.
2	Disponibilizar Informações do Preposto/Representante da Contratada	Em até 3 (três) dias úteis após assinatura do contrato.
3	Reunião de Alinhamento de Expectativas (Todos os itens Contratados)	Gestor do Contrato e Preposto/Representante efetuarem reunião de Kickoff em até 7 (sete) dias úteis após assinatura do contrato.
4	Emissão de Ordem de Execução	De acordo com a necessidade do exercício vigente.

³ Art. 72. § 1º inciso II. definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização

⁴ Art. 72. § 1º inciso XIV. prazo de execução

⁵ Art. 72. § 1º inciso VI. cronograma físico-financeiro;

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



5	Entrega (Recebimento Provisório)	
5.1	Agendamento dos itens caracterizados como Serviço	Em até 48 horas corridas após a autorização para emissão do certificado digital.
5.2	Serviço de Emissão de Certificado Digital com Token e Sem Mídia e/ou Serviço de Visita Técnica.	Em até 5 (cinco) dias úteis após o agendamento.
5.3	Entrega do Token com o Certificado Digital	Em até 2 (dois) dias úteis após validação do certificado.
6	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo)	
6.1	Emitir relatório dos serviços prestados no mês.	Em até 5 (cinco) dias úteis no mês subsequente.
6.2	Verificação da qualidade e quantidade dos serviços. Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (Recebimento Definitivo)	Em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do relatório dos serviços prestados (6.1).
6.3	Emissão da Nota Fiscal	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
7	Pagamento dos itens	Até 30 (trinta) dias após a emissão do recebimento definitivo conforme Item 85 deste Termo de Referência.
8	Início da contagem do prazo de garantia técnica	Imediatamente após o recebimento definitivo de cada parcela DO OBJETO.
9	Fim do prazo de garantia técnica	Garantia mínima de 3 (três) anos para o certificado digital do tipo A3. Garantia mínima de 1 (um) ano para o certificado digital do tipo A1. Garantia mínima de 1 (um) ano para a mídia criptográfica.
10	Encerramento do contrato	36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato.
11	Fim do prazo da garantia de execução	90 dias após o Encerramento do Contrato.



DO REGIME DE EXECUÇÃO

8. O Regime de Execução a ser adotado é de:

8.1. Empreitada por preço unitário.

DA GARANTIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL⁶;

GARANTIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO E DO SERVIÇO

9. O prazo de garantia técnica deverá ser, igual ou superior a:

9.1. **Mínima de 3 (três) anos** para o certificado digital do tipo A3 no **item de Serviço DO OBJETO**;

9.2. **Mínima de 1 (um) ano** para o certificado digital do tipo A1 no **item de Serviço DO OBJETO**;

9.3. **Mínima de 1 (um) ano** para a mídia criptográfica no **item de Serviços DO OBJETO**;

10. A contagem de prazos descrita no **Item 9** iniciará a partir da data do recebimento definitivo de cada subitem.

11. O prazo de atendimento, na vigência da garantia técnica, será de até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes **DO OBJETO** deste Termo de Referência;

12. A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos materiais fornecidos e instalados, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos mesmos;

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13. Não será exigida garantia de execução contratual.

DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESCOLHA DA PROPOSTA ⁷

14. As propostas deverão ser apresentadas conforme o ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO.

15. O critério para a escolha da melhor proposta será:

15.1. Menor Preço Unitário;

⁶ Art. 72. § 1º inciso XII. exigência de quaisquer garantias

⁷ Art. 72. § 1º inciso VIII. critérios de escolha da proposta



- 15.2.** O programa de entrega/prestação dos serviços será efetuado de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, mediante a emissão de Ordem de Execução de Serviço ou documento equivalente.

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA ⁸

16. DA CAPACIDADE OPERACIONAL

- 16.1.** Não será exigida habilitação técnica adicional.

DOS CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES⁹

DA NATUREZA DO OBJETO

- 17.** O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

DO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 18.** O Objeto da pretendida contratação, que forma o conjunto de serviços a serem contratados, configura uma única solução de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, a Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, art. 2º, VII, define Soluções de TIC como sendo “conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa”, alterada pela Instrução Normativa SGD/ME nº 47, de 9 de junho de 2022 que complementa afirmando que:

18.1. “1.5. *INFRAESTRUTURA DE TIC*”

- 18.1.1.** “a) São considerados recursos de TIC os serviços associados ao conjunto de componentes técnicos, hardware, software, bancos de dados implantados, procedimentos e documentação técnica usados para disponibilizar informações, incluindo serviços de segurança digital (controle lógico e biométrico), certificação digital, operação e suporte técnico;”.

- 19.** Assim, tem-se que a contratação constitui uma solução de certificado digital e, conforme demonstrará adiante, deve ser de forma agrupada por ser solução única.

⁸ Art. 72. § 1º inciso IX. principais comprovações de qualificação técnica que devem ser exigidas das pessoas interessadas em participar da Licitação

⁹ Art. 72. § 1º inciso XI. possibilidade ou não de formação de consórcios, subcontratação e definição de qual parcela do objeto pode ser subcontratada

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



- 20.** Os itens são abarcados por um único lote contendo todos os elementos necessários que, em conjunto formam uma única solução certificação digital, para prover um único serviço de certificado digital para a CONTRATANTE.
- 21.** A necessidade da prestação da solução no desenho proposto foi pensando considerando que a emissão do certificado por uma empresa e o fornecimento de token de armazenamento por outra torna-se inviável considerando a eficiência e efetividade na prestação dos serviços. Considera-se, por exemplo, que haja a necessidade de substituição das mídias do tipo token ou que estas apresentem erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado. Nesse caso, um novo token deverá ser fornecido e se a correção ou atualização exija novo certificado, a CONTRATADA deverá efetuar a nova emissão do referido certificado sem custos adicionais. Em tal exemplo, haveria enorme problemática, até possível paralização no serviço, pelo fato de uma empresa empurrar para a outra o inconveniente. Tal forma de parcelamento, portanto, seria prejudicial ao bom desempenho e prestação dos serviços.
- 22.** Por isso, não vislumbra restrição na competitividade pelo fato de que, no geral, a CONTRATADA que emite os certificados também é capaz de fornecer os dispositivos de armazenamento.
- 23.** A contratação do objeto em lote único garante a unicidade técnica da prestação do serviço, permitindo que a CONTRATADA esteja capacitada tecnicamente para trabalhar de forma integrada com os componentes desta solução.
- 24.** Portanto, o não parcelamento do objeto não restringe a competitividade e nem traz prejuízo ao erário, visto que os itens que compõem o objeto são de mesma natureza e guardam relação entre si.

DO CONSÓRCIO

- 25.** O objeto é caracterizado como **OBJETO COMUM**, ou seja, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.
- 26.** O estudo preliminar da contratação definiu a complexidade da contratação como **PEQUENA**.
- 27.** Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da formação de Consórcio, justificada por:
- 27.1.** Não existir evidências de que a competitividade será prejudicada em relação ao cenário em que se admita tal hipótese, pois identificou-se quantidade suficiente de fornecedores na fase de formação de preços que isoladamente tem condições de disputar o certame e executar fielmente o OBJETO.



DA SUBCONTRATAÇÃO

- 28.** Não se identificou parcela que possa ser subcontratada OBJETO.
- 29.** Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da subcontratação DO OBJETO, pois há viabilidade técnica para a execução integral DO OBJETO por parte dos fornecedores.

DAS COOPERATIVAS

- 30.** Quanto à proibição de cooperativa de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição, é vedada a participação dadas as características específicas da contratação dos serviços a serem fornecidos, que não pressupõem complexidade e multiplicidade de atividades empresárias distintas.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES¹⁰

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 31.** Executar fielmente os serviços e/ou fornecimentos dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como do RILC/CBTU disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf.
- 32.** Cumprir no prazo de **3 (três) dias úteis**, com todas as obrigações fixadas no Art. 219. inciso I do RILC/CBTU contados a partir da notificação da CBTU.
- 33.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelas obrigações fixadas no Art. 219. inciso II do RILC/CBTU.
- 34.** A licitante poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. Art. 237 do RILC/CBTU.
- 35.** Responsabilizar-se, por todos os encargos elencados no do Art. 220. do RILC/CBTU que versa sobre os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 36.** Ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela CBTU conforme o Art. 221. do RILC/CBTU.
- 37.** Observar, quando aplicável, as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços discriminadas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG;

¹⁰ Art. 72. § 1º inciso V. responsabilidade das partes

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



38. Dirimir quaisquer dúvidas do objeto com a Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN.
39. Atender prontamente todas as solicitações da CBTU previstas no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência.
40. Comunicar a CBTU, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
41. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega **DO OBJETO**.
42. Manter durante toda execução **DO OBJETO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Art. 222 do RILC/CBTU.
43. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela CBTU, para regularizar a situação, sob pena de rescisão constante no § 1º Art. 222 do RILC/CBTU.
44. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
45. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual e poderá propor a fiscalização, definida pela Administração da CONTRATANTE, o equacionamento do horário das operações, a fim de estabelecer a compatibilização entre as suas necessidades e as da CBTU visando minimizar os transtornos causados durante a execução **DO OBJETO**.
46. Apresentar o planejamento executivo dos serviços e/ou fornecimento, contendo dias e horários dos serviços, além da avaliação preliminar de risco (físicos e patrimoniais) das atividades.
47. O modelo de representação do planejamento executivo mínimo é apresentado no ANEXO II - MODELO PLANEJAMENTO EXECUTIVO - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO.
48. Apresentar, após o recebimento da ordem de início dos serviços e/ou fornecimentos, a relação de todos os empregados envolvidos na contratação.
49. Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita, através de correio eletrônico) preposto responsável por representar a contratada durante esse período.
50. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
51. Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.



DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 52.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência.
- 53.** Permitir acesso do pessoal da empresa CONTRATADA às dependências da CBTU para a entrega **DO OBJETO**, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- 54.** Receber o material dentro das especificações constantes neste Termo de Referência.
- 55.** Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas.
- 56.** Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.
- 57.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO ¹¹

- 58.** Nos termos do Art. 229 do RILC/CBTU, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN, através dos empregados designados, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.
- 59.** A gestão e fiscalização deste Instrumento Contratual será realizada por empregado a ser indicado pela **Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**.
- 60.** As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas no § 3º do RILC que trata do Procedimento de Contratação.
- 61.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
- 62.** Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

¹¹ Art. 72. § 1º inciso XV. procedimento de gestão e fiscalização



DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO ¹²

- 63.** Observado o disposto nos artigos Art. 225 do RILC/CBTU, o recebimento **DO OBJETO** desta contratação será realizado da seguinte forma:
- 63.1. Provisoriamente**, assim que efetuada a entrega de cada parte do Serviço e\ou fornecimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência, com o intuito de posterior verificação e atesto da conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 63.2. Definitivamente, em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do relatório dos serviços prestados de cada parte recebida provisoriamente**, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for o caso, com a sua consequente aceitação, **que ficará a cargo do fiscal técnico do contrato.**
- 64.** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto ser recolhido, substituído e reinstalado em conformidade com as especificações, características e exigências contidas neste Termo de Referência.
- 65.** Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.
- 66.** A CONTRATADA terá prazo de até **3 (três) dias úteis** para providenciar a reparação da inconsistência do item, a partir da comunicação oficial feita pela CBTU, sem qualquer custo adicional.
- 67.** Caso a CONTRATADA não cumpra o item anterior, estará incorrendo em atraso na execução do objeto e sujeita à aplicação das sanções previstas no Instrumento Convocatório, no Contrato e neste Termo de Referência.
- 68.** O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
- 68.1.** Objeto de acordo com as Especificações Técnicas contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;
- 68.2.** Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- 68.3.** Execução no prazo, local e horários previstos neste Termo de Referência.
- 69.** Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo referente a parcela entregue de cada parte do Serviço

¹² Art. 72. § 1º inciso VII. condições de recebimento e aceitação do objeto



e\ou fornecimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência, assinado pelos empregados designados para Gerir e Fiscalizar esta contratação.

DAS PENALIDADES

- 70.** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial **DO OBJETO** aplicam-se, as **sanções administrativas** descritas no RILC/CBTU em seu CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
- 71.** Todas as inexecuções do contrato (totais ou parciais) serão verificadas mensalmente conforme os parâmetros definidos no ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS e constarão do processo administrativo para gerenciamento da contratação, art. 230 inciso I do RILC/CBTU.
- 72.** Aplicação das sanções administrativas previstas **Item 70** deste Termo de Referência, considerará o somatório registrado no ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS acumuladas conforme descrito no **Item 71** no último mês de execução contratual.
- 73.** Os parâmetros para instauração de processo administrativo sancionador, bem como os percentuais das multas aplicáveis (por grau de relevância das inexecuções) estão definidas na **Tabela 1**.

PONTOS REGISTRADOS	SANÇÃO possível:
Pontuação < 1,0	Nenhuma sanção
1,0 ≥ Pontuação < 2,0	Advertência
2,0 ≥ Pontuação < 3,0	Multa correspondente a 5% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
3,0 ≥ Pontuação < 4,0	Multa correspondente a 10% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
4,0 ≥ Pontuação < 5,0	Multa correspondente a 15% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
5,0 ≥ Pontuação < 6,0	Multa correspondente a 20% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
6,0 ≥ Pontuação ≤ 10,0	Multa correspondente a 25% do valor faturado no mês de aplicação dessa sanção
Pontuação > 10,0	Possibilidade de rescisão unilateral do Contrato e aplicação da sanção administrativa de "Suspensão Temporária para contratar com a CBTU", a critério da CBTU.

Tabela 1 - Critérios e porcentagens aplicáveis a abertura de processo administrativo sancionador



DO REAJUSTE¹³

- 74.** O valor das parcelas do contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses.
- 75.** Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) do Ministério do Planejamento, instituído por meio da Portaria 424 de 2017, acumulado em 12 (doze) meses, com base na fórmula estipulada pelo Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

I₀ = Índice inicial- refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

- 76.** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.
- 77.** O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.
- 78.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro a anualidade será contada a partir do último reajuste.
- 79.** No momento da prorrogação o gestor deverá consultar a contratada acerca do reajuste, caso ele não tenha sido solicitado, podendo tal direito ser expressamente renunciado, sobretudo para fins de obtenção da vantagem da prorrogação.

¹³ Art. 72. § 1º inciso XIII. critérios para reajustamento, repactuação e/ou revisão contratual



DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

- 80.** Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização da parcela **DO OBJETO** contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
- 81.** A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:
- 81.1.** Declaração de Opção do Simples Nacional;
 - 81.2.** Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
 - 81.3.** Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);
 - 81.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 82.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela vencedora:
- 82.1.** Em meio digital, no Endereço Eletrônico: contratostic@cbtu.gov.br.
- 83.** Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
- 84.** Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer conforme especificado no título **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**, no prazo lá estipulado, contado do recebimento do documento de cobrança no protocolo/endereço eletrônico da CBTU, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

DO PAGAMENTO

- 85.** O pagamento de cada item do objeto supracitado no **Item 3** deste Termo de Referência, será efetuado conforme **Item 7** deste Termo de Referência, mediante crédito em conta corrente até 30 (trinta) dias após a entrada do documento conforme **Item 80** deste Termo de Referência, caso o atesto do fiscal comprove que o documento de cobrança cumpre com a perfeita realização dos serviços e/ou fornecimentos, bem como a prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.
- 86.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CBTU, entre a data acima referida e

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DO SUPORTE TÉCNICO

1. A assistência técnica e garantia do serviço será prestada pela CONTRATADA, imediatamente após a emissão do seu aceite definitivo pela CONTRATANTE.
2. O suporte técnico a ser prestado tem por objetivo a correção de falhas ou inconsistências detectadas, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da solução em garantia, e inclui no mínimo:
 - 2.1. A substituição, sem custos para a CONTRATANTE, dos dispositivos que apresentarem defeitos ou falhas de funcionamento por novos dispositivos originais ou de características e qualidade iguais ou superiores a estes, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA;
 - 2.2. Prover correção e atualização motivadas por mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado digital do tipo A3 e pelo período mínimo de 1 (um) ano para o certificado digital do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado. Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a Contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para a Contratante.

DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

3. A CONTRATADA fornecerá suporte técnico durante o ciclo de vida do serviço, considerando no mínimo:
 - 3.1. Solicitação de suporte técnico será realizado através de sistema de abertura de chamados da CONTRATADA, em horário comercial das 8h às 18h, em língua portuguesa do Brasil;
 - 3.2. Em caso de inoperância do sistema de abertura de chamados da CONTRATADA, deverá ser disponibilizado telefone, e-mail e/ou chat, para elucidação de dúvidas e investigação de supostos erros, sendo o atendimento destes realizado de forma remota ou presencial;
 - 3.3. As solicitações de suporte técnico ocorridas nos sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

4. A demanda apresentada consiste em adquirir certificados digitais, emitidos por empresas certificadoras, dado que há na CBTU uma demanda da solução de certificação digital e cuja interrupção comprometeria a prestação das atividades



que atendem as demandas legais da instituição. Os certificados digitais A1/A3 deverão, na sua data de emissão, serem compatíveis com no mínimo as necessidades/funcionalidades a seguir:

- 4.1.** Acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte eCAC;
 - 4.2.** Consulta e acompanhamento da Situação Fiscal das Pessoas Físicas e Jurídicas com o e-CPF do responsável legal perante a Receita Federal;
 - 4.3.** Ratificação dos DARFs recolhidos com dados errados e obtenção de cópias dos documentos recolhidos desde 1993;
 - 4.4.** Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (DIPJs e PJs), de Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais - DCTFs e Declaração de Contribuições Sociais – DACONS;
 - 4.5.** Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e de Declarações do Imposto de Renda na Fonte – DIRFs;
 - 4.6.** Elaboração de Procurações Eletrônicas;
 - 4.7.** Parcelamento eletrônico on-line de débitos Pessoas Físicas e Jurídicas;
 - 4.8.** Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
 - 4.9.** Apresentação de assinatura e firma reconhecida em cartório do Documento Básico de Entrada no CNPJ junto a Receita Federal (DBE) àqueles que utilizam a certificação digital;
 - 4.10.** Desburocratização do credenciamento de representante legal das empresas que operam no SIXCOMEX;
 - 4.11.** Envio eletrônico de documentos referentes a processos que tramitam nas Varas do Trabalho dos 24 TRTs e no TST, através da Internet, sem a necessidade da apresentação posterior dos documentos originais;
 - 4.12.** Agilidade na liberação de contratos de câmbio nas Instituições Financeiras;
 - 4.13.** Acesso a Compras Públicas por meio dos Pregões Eletrônicos;
 - 4.14.** Autorização de funcionamento para empresas de Segurança, através do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP da Polícia Federal;
 - 4.15.** Serviços Cartoriais Eletrônicos;
 - 4.16.** Conectividade Social para FGTS;
 - 4.17.** Dentre outras.
- 5.** O serviço é composto de diferentes objetos, enumerados a seguir, que possuem os requisitos técnicos, além das necessidades supracitadas:



5.1. Item 1 - Certificado digital A3, com Token - para Pessoa Física (e-CNPJ)

- 5.1.1.** Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, aderente ao padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 anos;
- 5.1.2.** Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras funções;
- 5.1.3.** Ser compatível com as funcionalidades supracitadas;
- 5.1.4.** O fornecimento da mídia criptográfica é de responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.1.5.** Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- 5.1.6.** Garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado, contados a partir da data de emissão do certificado;
- 5.1.7.** Posto de atendimento na cidade de Brasília-DF, para emissão dos certificados sem a necessidade de visita técnica;
- 5.1.8.** Emissão e gravação compatíveis com qualquer mídia criptográfica homologada pelo ITI ou certificada pelo Inmetro;
- 5.1.9.** Os certificados digitais poderão ser emitidos nos postos de atendimento da CONTRATADA ou nas dependências da Administração Central da CBTU, quando contratada a visita técnica, a critério do CONTRATANTE.

5.2. Item 2 - Certificado digital A3, com Token - para Pessoa Jurídica (e-CNPJ)

- 5.2.1.** Certificado digital do tipo A3 para pessoa jurídica, aderente ao padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 anos;
- 5.2.2.** Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras funções;
- 5.2.3.** Ser compatível com as funcionalidades supracitadas;
- 5.2.4.** O fornecimento da mídia criptográfica é de responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.2.5.** Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- 5.2.6.** Garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil,



pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado, contados a partir da data de emissão do certificado;

5.2.7. Emissão e gravação compatíveis com qualquer mídia criptográfica homologada pelo ITI ou certificada pelo Inmetro;

5.2.8. Os certificados digitais poderão ser emitidos nos postos de atendimento da CONTRATADA ou nas dependências da Administração Central da CBTU, quando contratada a visita técnica, a critério do CONTRATANTE.

5.3. Item 3 - Certificado digital A1, sem token - para Pessoa Jurídica (e-CNPJ)

5.3.1. Certificado digital do tipo A1 para pessoa jurídica, aderente ao padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 1 ano;

5.3.2. Ser homologado para utilização nos serviços eletrônicos da Receita Federal e nos principais sistemas governamentais, dentre outros;

5.3.3. Ser compatível com as funcionalidades supracitadas;

5.3.4. Os certificados devem garantir a autenticidade, a integridade, a confiabilidade e o não-repúdio dos documentos em forma eletrônica assinados por eles;

5.3.5. Será disponibilizado como arquivo;

5.3.6. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;

5.3.7. Garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 1 (um) ano para o certificado, contados a partir da data de emissão do certificado;

5.3.8. Os certificados digitais deverão ser emitidos nas dependências da Administração Central da CBTU, quando contratada a visita técnica, a critério do CONTRATANTE.

5.4. Item 4 - Visita técnica para validação da documentação e emissão do certificado digital

5.4.1. Visita de representante da CONTRATADA para validação da documentação e emissão de certificado e-CPF do tipo A3 para pessoa física e e-CNPJ do tipo A3 e A1 para pessoa jurídica, nas dependências da CONTRATANTE;

5.4.2. As emissões deverão ocorrer entre o horário de 08h às 18h, em horário específico a ser agendado entre as partes. O representante da CONTRATADA deverá antecipar-se ao horário agendado para emissão



de modo a realizar quaisquer testes, ajustes ou configurações que achar necessário em seus equipamentos;

5.4.3. A CONTRATANTE proverá espaço físico para realização das visitas. Os demais equipamentos e serviços necessários para a emissão dos certificados deverão ser providos pela CONTRATADA;

5.4.4. Caso os colaboradores agendados para emissão não compareçam, no prazo superior a 2 (duas) horas, à presença do representante da CONTRATADA nas dependências da CBTU, o serviço de visita técnica no local será considerado como prestado;

5.4.5. Cada visita técnica deverá ser capaz de emitir, no mínimo, 10 certificados digitais, podendo ser realizada quantidade menor de emissões a critério da CONTRATANTE.

DA VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 6.** A validação dos documentos necessários para a emissão dos certificados poderá, a critério do CONTRATANTE e, caso autorizado pela ICP-Brasil, ser efetuada online, por meio de videoconferência, portanto, a CONTRATADA deverá oferecer serviços de validação dos documentos por meio de videoconferência.
- 7.** A vistoria por videoconferência deve ser efetuada, obrigatoriamente, em sistema fornecido pela CONTRATADA que assegure que os meios técnicos utilizados são adequados a garantir que a videoconferência segue todas as recomendações dos documentos técnicos emitidos pelo comitê gestor da ICP-BRASIL.
- 8.** A taxa de visita técnica para validação da documentação e emissão do certificado digital será isenta, caso a CONTRATANTE opte por realizar no Posto de Atendimento da CONTRATADA, que obrigatoriamente deverá ser na cidade de Brasília, ou por videoconferência.
- 9.** O agendamento da validação será efetuado pelo CONTRATANTE.

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO

Cotação de Preços							
Lote	Item	Mat./Ser.	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Física, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	Und	80		
	2	Serviço	Certificado digital A3 para Pessoa Jurídica, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 3 anos.	Und	20		
	3	Serviço	Certificado digital A1 para Pessoa Jurídica, gerado e armazenado no próprio computador, com validade de 1 ano.	Und	8		
	4	Serviço	Visita técnica para validação e emissão do certificado digital.	Und	70		

Valor total da proposta R\$ ____ (____) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- Prazo de entrega dos serviços: de acordo com o cronograma de execução do TR
- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que os serviços a serem executados serão em conformidade ao estabelecido no Termo de Referência.
- Declaramos ainda, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ANEXO A DA PROPOSTA: Catálogos ou prospectos do material, licenciamento e serviço com descrição detalhada de cada item ofertado.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO III - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

Contrato:				
Mês de Apuração:				
Item	Descrição da Ocorrência	Quantidade No Mês	Desconto Por Ocorrência	Subtotal
1			0,3 ponto	
2			0,3 ponto	
3			0,3 ponto	
4			0,4 ponto	
5			0,5 ponto	
6			0,5 ponto	
7			0,5 ponto	
8			1,0 ponto	
9			2,0 pontos	
10			3,0 pontos	
Σ PONTOS PERDIDOS NO MÊS				

PODER EXECUTIVO
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central
Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



ANEXO IV – MODELO PLANEJAMENTO EXECUTIVO - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO																									
	Quinzena	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez												
Serviço	2024																								
Serviço	2025																								
Serviço	2026																								
Serviço	2027																								

CRONOGRAMA FINANCEIRO														
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totalizador
Serviço	2024													-
Serviço	2025													-
Serviço	2026													-
Serviço	2027													-

PODER EXECUTIVO

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central

Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais

Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



Quadro Resumo				
	2024	2025	2026	2027
Serviço	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

ASSINATURA E APROVAÇÃO

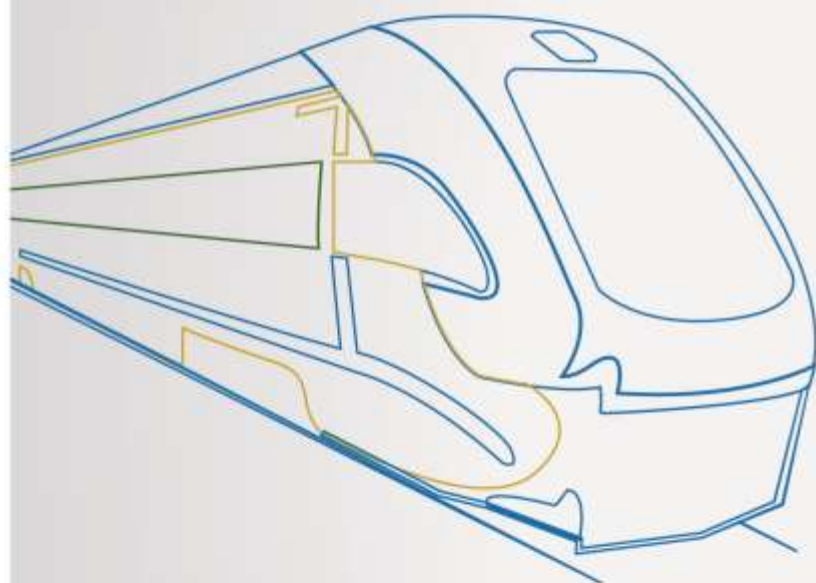
Ciente e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência TR -
CERTIFICADO_A1_A3_REV.0.2, elaborado por: ERALDO.JUNIOR.
Data: 23/05/2024

ERALDO NATALÍCIO FERREIRA PINTO JÚNIOR
Gerente Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Aprovo a contratação sob as seguintes condições contidas neste Termo de Referência.

EDUARDO DE OLIVEIRA COIMBRA
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

ORÇAMENTO

A/C: CBTU

I. OBJETO

Serviço de emissão de Certificado Digital.
Certificado Digital, homologado pela ICP-Brasil.

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Certificado digital A3 para Pessoa Física, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICPBrasil, com validade de 3 anos.	UNIDADE	80	R\$204,61	R\$16.368,80
Certificado digital A3 para Pessoa Jurídica, com fornecimento de dispositivo criptográfico (token) homologado pela ICPBrasil, com validade de 3 anos.	UNIDADE	20	R\$209,77	R\$5.815,40
Certificado digital A1 para Pessoa Jurídica, gerado e armazenado no próprio computador, com validade de 1 ano.	UNIDADE	8	R\$137,00	R\$1.096,00
Visita técnica para validação e emissão do certificado digital.	UNIDADE	70	R\$70	R\$4.900
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$28.180,20

*Caso o representante do certificado possua CNH, é possível realizar o processo de maneira online, não sendo necessária a visita in loco. O token será enviado pelos Correio

Se não for o caso, o processo deverá ser feito presencialmente em um dos nossos postos de atendimento, para que seja feita a coleta biométrica de acordo com as normas da ICP-Brasil.

Em caso de validação online ou presencialmente nos postos de atendimento da DigitalSign, a taxa de visita in loco não será cobrada.





II Prazos

O certificado valerá a partir da data de emissão;

Validade da proposta: 90 dias

Pagamentos via pix, boleto ou cartão de crédito;

DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.

CNPJ: 16.894.782/0001-90

R. Gonçalo Fernandes, 200 - Jardim Bela Vista

Santo André - SP, 09041-410

Estado de São Paulo – BRASIL

Vitória Conte

Tel: (11) 2666-7280 Ramal 4217

E-mail: vconte@digitalsigncertificadora.com.br

